

**RECLAMAÇÃO Nº 36.926 - SP (2018/0314421-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECLAMANTE** : TELEFONICA BRASIL S.A.  
**ADVOGADOS** : RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL - SP305379  
LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415  
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - SP321754  
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744  
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA E OUTRO(S) - SP357630  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : ADALBERTO RIZZO  
**INTERES.** : ADALICIO DOS SANTOS SILVA  
**INTERES.** : ADELINO BORGES LEAL  
**INTERES.** : ADELMO FERNANDES DOS SANTOS  
**INTERES.** : ADEMAR DE ALMEIDA  
**INTERES.** : ADRIANO HELVECIO GRACIANO DOS SANTOS  
**INTERES.** : AFONSO BISPO DOS SANTOS  
**INTERES.** : AGNALDO CALAZAES DE JESUS  
**INTERES.** : AGUIDA DA LUZ NOGUEIRA  
**INTERES.** : ALESSANDRA BARBONI  
**INTERES.** : ALFREDO PAULINO DA SILVA  
**INTERES.** : ALUIZIO ANTONIO DA SILVA  
**INTERES.** : AMARO GOMES DE OLIVEIRA FILHO  
**INTERES.** : ANA ALVES DE SOUZA COSTA  
**INTERES.** : ANA LUCIA GUIMARAES RODRIGUES  
**INTERES.** : ANA LUIZA DA SILVA  
**INTERES.** : ANAILTON DE SOUSA MATOS  
**INTERES.** : ANDRE LUIS LEONE  
**INTERES.** : ANEDINA MARINHO LACERDA  
**INTERES.** : ANISIO PEDRO DE LIMA  
**INTERES.** : ANITA LOIOLA JARDIM DE ANDRADE  
**INTERES.** : ANTONIA PEREIRA DE ABREU BELMONTE  
**INTERES.** : ANTONIO ALBERTO PEDROSO DA SILVA  
**INTERES.** : ANTONIO CARLOS FERNANDES  
**INTERES.** : ANTONIO EVANGELISTA TERRA  
**INTERES.** : ANTONIO GERALDO ABREU DA MATA  
**INTERES.** : ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA FILHO  
**INTERES.** : ANTONIO TIAGO NASCIMENTO NETO  
**INTERES.** : APARECIDO CARLOS ANASTACIO  
**INTERES.** : ARLINDO VIEIRA LIMA  
**INTERES.** : ARTIDEMIA SIQUEIRA  
**INTERES.** : AURELIO JOSE GRIGORIO  
**INTERES.** : AUZENI DE ALMEIDA SILVA  
**INTERES.** : BENEDITA DINIZ CLARO DE SOUZA  
**INTERES.** : BENEDITO BATISTA  
**INTERES.** : BENEDITO DOS SANTOS BARBOSA  
**INTERES.** : BENICIO FRANCISCO DOS SANTOS  
**INTERES.** : CACILDA DO NASCIMENTO SOBRAL

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

INTERES. : CARLINA TOSHIE KITADA MANSHO  
INTERES. : CARLOS ALBERTO BALDON  
INTERES. : CARLOS ANTONIO GONCALVES  
INTERES. : CARLOS OLIVEIRA SANTOS  
INTERES. : CARLOS ROBERTO DOS SANTOS  
INTERES. : CARLOS ROBERTO FLORIO  
INTERES. : CARMELITA ROSA DE SOUZA  
INTERES. : CELINA PARDINHO  
INTERES. : CESAR JOSE MARINHO  
INTERES. : CIBELE APARECIDA LATORRE  
INTERES. : CICERO DO NASCIMENTO  
INTERES. : CLAIR DE LURDES VINHA SANTOS  
INTERES. : CLARICE FERNANDES  
INTERES. : CLAUDELAINÉ DE ALMEIDA  
INTERES. : CLAUDEMIR DE FREITAS  
INTERES. : CLAUDIA CARDOSO DA CRUZ  
INTERES. : CLAUDINEI MANTOANELLI  
INTERES. : CLAUDIO MOREIRA DE SANTANA  
INTERES. : CLAUDIO SALGADO  
INTERES. : CLEDIVAN ANTONIO DE OLIVEIRA  
INTERES. : CLEUNICE RODRIGUES DA SILVA DE ARAUJO  
INTERES. : CLEUSA PEREIRA ARAUJO DOS SANTOS  
INTERES. : CONCENZIO PEDRO NICOLUCCI  
INTERES. : CREUZA SEVERINA DA SILVA  
INTERES. : DILSON PINTO SILVA  
INTERES. : DIOGO AVILA GARCIA  
INTERES. : DIRCE BATISTA GONCALVES DA SILVA  
INTERES. : EDGARD GEROTI  
INTERES. : EDILAMAR FARIA DE ARAUJO  
INTERES. : EDIMEIA FRANCISCA FIDELIS  
INTERES. : EDMILSON DA SILVA  
INTERES. : EDNAIDE GOMES DE ARAUJO  
INTERES. : EDNALVA SOUZA COSTA  
INTERES. : EDSON NICOLAU  
INTERES. : EDUITE ALVES DE SOUZA  
INTERES. : EDVALDO ANTÔNIO DOS SANTOS  
INTERES. : ELISABETE FERREIRA DA SILVA  
INTERES. : ELISEU ROSA DE PAIVA  
INTERES. : ELIZA PAIM MOTA  
INTERES. : ELISABETH MARANHO DA SILVA  
INTERES. : EURIPEDES APARECIDO  
INTERES. : EVARISTO CORRER  
INTERES. : LUIZ CARLOS BERTALHA  
INTERES. : FRANCISCA ANHOLETO MAXIMO  
INTERES. : FRANCISCA CREUSA DE ANDRADE  
INTERES. : FRANCISCA DE SOUSA DA SILVA FIGUEIREDO  
INTERES. : FRANCISCO CAMILO  
INTERES. : FRANCISCO ROZENILDO PINHEIRO

INTERES. : GENIVAL PEREIRA  
INTERES. : GERALDO MARTINS RUBENS  
INTERES. : GERSON DE OLIVEIRA PEREIRA  
INTERES. : GIDEVALDO MIRANDA DOS SANTOS  
INTERES. : GILBERTO GIACOMELLI  
INTERES. : GILMAR RODRIGUES  
INTERES. : GUIOMAR AMELIA ONORIO  
INTERES. : HELENICE APARECIDA DOS SANTOS  
INTERES. : HELIO DURVAL FERNANDES  
INTERES. : HELIO FRANCISCO LEMES  
INTERES. : HILDA RODRIGUES DA SILVA  
INTERES. : ILDA PADILHA DE CAMPOS  
INTERES. : IRACY DE OLIVEIRA SANTOS LOBO  
ADVOGADOS : CRISTIANE SALDYS - SP208207  
ADSON MAIA DA SILVEIRA - SP260568B  
LINCOLN YUKISHIGUE AOKI - SP273352  
INTERES. : ISABEL RODRIGUES

**EMENTA**

RECLAMAÇÃO. 1. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. 2. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO NÃO EVIDENCIADA. 2.1. ALEGADA INAPLICABILIDADE AO PRESENTE CASO DO ENTENDIMENTO CONSTANTE DOS RESPS REPETITIVOS DE N. 1.361.800/SP E DE N. 1.370.899/SP. SENTENÇA GENÉRICA PROVENIENTE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM AMBOS OS CASOS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO. 2.2. PRECEDENTE FORMADO PELO REGRAMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS. APLICABILIDADE IMEDIATA DA TESE NELE FIRMADA. PRESCINDIBILIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. 3. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação promovida por Telefônica Brasil S.A., fundada nos arts. 105, I, f, da Constituição Federal; e 187 do RI/STJ, em que argumenta, em suma, ter o Juízo reclamado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aplicado indevidamente ao presente caso (cumprimento de sentença em Ação Civil Pública) o entendimento sedimentado nos Recursos Especiais repetitivos de n. 1.361.800/SP e de n. 1.370.899/SP, quanto ao termo inicial dos juros de mora em ação coletiva.

Informa ter o TJSP considerado que "o início da incidência dos juros de

mora deveria ser a partir da citação válida da Telefônica na ação de conhecimento, não no procedimento individual, de jurisdição voluntária (leia-se, a liquidação da sentença pelos consumidores supostamente lesados), eis que versa sobre direito disponível" (e-STJ, fl. 11).

Assere, no entanto, que tal conclusão não se aplica à hipótese, haja vista que a sentença proferida na Ação Civil Pública, por se mostrar genérica, não tem o condão de induzir em mora a ora reclamante desde a sua citação na fase cognitiva do feito, tendo em vista que abrangeu direito disponível a ser executado por cada interessado individualmente, ocasião em que só então exsurge a referida mora.

Esclarece que, no REsp repetitivo n. 1.301.989/RS, a demanda foi ajuizada por um único autor, que manifestou de forma inequívoca a sua pretensão e, por conseguinte, induziu a companhia telefônica, ora postulante, em mora inequívoca. Tal contexto fático difere, porém, da hipótese em apreço, visto que, durante o trâmite da fase de conhecimento da ação coletiva, não estavam devidamente identificados os eventuais credores da Telefônica, o que só veio ocorrer no cumprimento individual da sentença coletiva, incorrendo, com isso, em mora a reclamante apenas no momento da sua intimação para a execução individual do título executivo judicial.

Outrossim, relata que os precedentes vinculantes ainda nem sequer transitaram em julgado.

Apoiada nessas premissas, requer seja deferido o pedido liminar, com a finalidade de suspender o andamento do processo no Tribunal de origem, pleiteando, ao final, seja julgada procedente a presente reclamação para cassar o acórdão reclamado e determinada a prolação de outro, admitindo, assim, a remessa do recurso especial já interposto ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de aplicar o *distinguishing* entre o entendimento pacificado nos recursos repetitivos invocados e a respectiva situação fática.

Foram prestadas informações pelo Juízo reclamado (e-STJ, fls. 2.108-2.165).

As partes beneficiárias do julgado impugnado, ora interessadas, apresentaram contestação, acostada às fls. 2.167-2.172 (e-STJ).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela improcedência da reclamação (e-STJ, fls. 2.173-2.176).

Brevemente relatado, decido.

De início, conforme registrada na decisão que indeferiu o pedido liminar, afigura-se de rigor assinalar que está inaugurada a competência desta Corte Superior para a análise da presente reclamação, merecendo, assim, conhecimento.

Isso porque a reclamação fundamentada no art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 demanda o esgotamento das instâncias ordinárias, o que, por sua vez, se efetiva apenas "com o julgamento do agravo interno interposto contra a decisão do tribunal de origem que não admitiu o recurso especial, haja vista a previsão expressa do § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015" (AgInt nos EDcl na Rcl 35.338/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018).

Em que pese à admissibilidade do petitório em estudo, não se vislumbra a sua procedência.

É que a tese firmada nos REsp's repetitivos de n. 1.361.800/SP e de n. 1.370.899/SP - dispondo que "os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior" -, ao revés do que defende a postulante, aplica-se perfeitamente à hipótese dos autos, que também tem origem em Ação Civil Pública, vindo a se determinar e especificar os possíveis credores somente com o ajuizamento das execuções individuais das sentenças coletivas.

A propósito, confirmam-se as ementas dos supracitados precedentes desta Casa:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A ACÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data

de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública. O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1361800/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, DJe 14/10/2014)

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.**

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de

início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública. O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1370899/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014)

Enfatiza-se que, tanto nos precedentes acima elencados quanto na situação fática em apreço, a fase cognitiva foi processada e julgada de forma genérica, individualizando-se os beneficiários da sentença coletiva apenas na execução desse título.

Acerca da questão, assentou o Tribunal de origem que, "julgados os Recursos Especiais Repetitivos nº 1.361.800/SP e 1.370.899/SP, a Corte Superior assinalou que os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na ação civil pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior" (e-STJ, fl. 41).

Logo, afigura-se escoreita a conclusão delineada na decisão colegiada ora reclamada, no sentido de que "os acórdão recorridos [...] estão em perfeita sintonia com as orientações superiores, ao concluírem que a cotação das ações a ser utilizada deve ser a da Bolsa de Valores, na data do trânsito em julgado da decisão, com a incidência dos juros moratórios a partir da citação na fase de conhecimento da ação coletiva" (e-STJ, fl. 41).

Por outro lado, ainda que não tenham transitado em julgado os precedentes firmados no âmbito dos recursos repetitivos, "a jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de ser desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a

aplicação do paradigma firmado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral" (AgRg nos EDcl no AREsp 706.557/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13.10.2015).

Na mesma linha de cognição, confira-se o seguinte julgado da Corte Especial deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. PRECATÓRIO. JUROS ENTRE A DATA DA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS E O EFETIVO PAGAMENTO DA REQUISIÇÃO OU PRECATÓRIO. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA. INCIDÊNCIA. RE 579.431. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE. I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

II - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - A jurisprudência do STF e do STJ firmou entendimento no sentido de ser desnecessário aguardar - como pretende o embargante - o trânsito em julgado, para a aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo ou de repercussão geral. Precedentes: STF, AgRg no ARE 673.256/RS, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/10/2013; STJ, AgInt no AREsp 838.061/GO, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 08/06/2016.

IV - Na forma da jurisprudência do STJ, "a possível modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 579.431/RS não implica a ocorrência de vício na decisão ora embargada" (STJ, EDcl no REsp 1.678.776/PR, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017). Na mesma direção: STJ, EDcl no REsp 1.087.406/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 28/11/2017; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.154.221/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA SILVA, QUINTA TURMA, DJe de 24/11/2017. Nesse sentido também: EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1506655/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 12/03/2018.

V - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EAREsp 658.534/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/09/2018, DJe 13/09/2018)

Não se antevê, por conseguinte, nenhuma afronta ao respectivo julgado desta Corte, a evidenciar a insubsistência da presente reclamação.



É de se ressaltar que a reclamação, por não se tratar de recurso, não se presta para a modificação de julgado que, de qualquer forma, acabou por ser desfavorável ao interesse da parte.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CABIMENTO. SUCEDÂNEO DE RECURSO PROCESSUAL PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O art. 105, I, "f", da Constituição Federal e os arts. 187 e seguintes do RISTJ, versam sobre a reclamação para a preservação da competência desta Corte e a garantia da autoridade das suas decisões.

II. Na espécie, a presente reclamação foi proposta contra aresto que não conheceu do agravo formulado pela parte ora reclamante, de maneira que o objetivo buscado, em verdade, é o de obter novo pronunciamento jurisdicional. Contudo, a presente via não é sucedâneo de recurso processual próprio. Precedentes.

III. Agravo interno a que se nega provimento. (AgRg na PET na Rcl 9.615/MG, Relator o Ministro **Gilson Dipp**, Corte Especial, DJe de 12/06/2013)

Diante da fundamentação acima delineada, julgo improcedente a presente reclamação.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator